

Central Fotovoltaica
São Pedro II S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

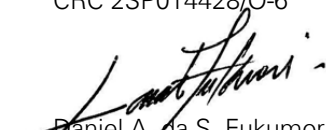
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Balancos patrimoniais
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>	Passivo	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.762	48.076	Fornecedores	11	4.588	3.422
Contas a receber	8	5.684	7.563	Obrigações fiscais		170	211
Impostos a recuperar		8	8	Imposto de renda e contribuição social		180	336
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4	70	Outras contas a pagar	11	273	707
Adiantamento a fornecedores		180	27	Debêntures	12	3.267	3.181
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	-	8.011	Provisão de ressarcimento e cessão a pagar	14	311	1.405
Outras contas a receber		-	194	Dividendos a pagar	20	477	-
Total do ativo circulante		<u>27.638</u>	<u>63.949</u>	Total do passivo circulante		<u>9.266</u>	<u>9.262</u>
Caixa restrito	9	-	5.632	Debêntures	12	107.491	109.213
Imobilizado	10	117.183	121.471	Provisão para desmobilização	13	2.578	2.411
Total do ativo não circulante		<u>117.183</u>	<u>127.103</u>	Total do passivo não circulante		<u>110.069</u>	<u>111.624</u>
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		23.955	70.366
				Reserva de lucros		1.531	-
				Prejuízos acumulados		-	(200)
				Total do patrimônio líquido		<u>25.486</u>	<u>70.166</u>
Total do ativo		<u>144.821</u>	<u>191.052</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>144.821</u>	<u>191.052</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	16	23.115	24.187
Custos de operação	17	(8.756)	(8.303)
Lucro bruto		<u>14.359</u>	<u>15.884</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.296)	(1.383)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>13.063</u>	<u>14.501</u>
Despesas financeiras		(10.512)	(11.584)
Receitas financeiras		<u>563</u>	<u>728</u>
Resultado financeiro líquido	18	<u>(9.949)</u>	<u>(10.856)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>3.114</u>	<u>3.645</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(906)</u>	<u>(1.081)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>2.208</u></u>	<u><u>2.564</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	2.208	2.564
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>2.208</u>	<u>2.564</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de lucros		Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		85.000	(11.611)	-	-	(2.764)	70.625
Integralização de capital		-	11.611	-	-	-	11.611
Redução de capital		(14.634)	-	-	-	-	(14.634)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.564	2.564
Saldos em 31 de dezembro de 2019		70.366	-	-	-	(200)	70.166
Redução de capital	15.a	(46.411)	-	-	-	-	(46.411)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.208	2.208
Constituição de reserva legal	15.d	-	-	100	-	(100)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.d	-	-	-	-	(477)	(477)
Reserva de retenção de lucros	15.c	-	-	-	1.431	(1.431)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		23.955	-	100	1.431	-	25.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>3.114</u>	<u>3.645</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos de atividades operacionais:			
Depreciação	10	4.135	4.008
Juros sobre empréstimos e financiamentos	18	-	4.955
Juros e correção monetária sobre debêntures	12	9.648	1.116
Juros sobre mútuos a receber	18	(46)	(135)
Bônus de adimplência		-	(690)
Provisão de ressarcimento		-	(2.912)
Correção monetária da provisão de desmobilização	13	167	2.411
Provisão de ressarcimento e cessão a pagar		311	-
Baixas ativo imobilizado	10	187	-
Lucro ajustado		<u>17.516</u>	<u>12.398</u>
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:			
Caixa restrito	9	-	(4.168)
Contas a receber		1.879	1.659
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		66	-
Adiantamento a fornecedores		(153)	(27)
Outras contas a receber		194	(17)
Aumento / (Redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.720	(1.766)
Obrigações fiscais		(41)	(94)
Cessão a pagar		(1.405)	-
Outras contas a pagar		(433)	294
Caixa gerado pelas / (aplicado) nas atividades operacionais:		<u>19.343</u>	<u>8.279</u>
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		-	(5.529)
Pagamento de juros de debêntures	12	(4.989)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.062)	(867)
Caixa líquido gerado pelas nas atividades operacionais:		<u>13.292</u>	<u>1.883</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa restrito	9	5.632	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	23	-	(7.876)
Aquisição ao ativo imobilizado	10	(34)	(3.849)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado) nas atividades de investimento:		<u>5.598</u>	<u>(11.725)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos		-	(63.933)
Captação de empréstimos e financiamentos		-	6.796
Pagamento de principal de debêntures	12	(6.295)	-
Captação de debêntures	12	-	111.278
Integralização de capital		-	11.611
Redução de capital	15.a	(38.909)	(14.634)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado) nas atividades de financiamento:		<u>(45.204)</u>	<u>51.118</u>
(Redução) líquida / Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes caixa		<u>(26.314)</u>	<u>41.276</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	48.076	6.800
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	21.762	48.076
		<u>(26.314)</u>	<u>41.276</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. “Companhia” é uma “SPE”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Sua controladora direta é a Holding Atlas Energia Renovável do Brasil S.A..

A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2016, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica solar por fonte fotovoltaica UFV São Pedro II, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.BA.033782-0.01.

O endereço registrado do escritório da Companhia é Fazenda Roça de Dentro, S/N, parte alta do KM 5 da Estrada Municipal com destino ao distrito de Chapada Grande KM 10 da Rodovia BR430 – Zona Rural – Bom Jesus da Lapa – Bahia.

A Companhia participou do 7º leilão para Contratação de Energia de Reserva promovido pela ANEEL em 28 de agosto de 2015 e como vencedora recebeu a autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 27MW por 35 anos, que compreende o período de 02/03/2016 a 02/03/2051. O contrato de fornecimento de energia é exclusivo com a CCEE pelo prazo de 20 anos, que compreende o período de 01/08/2017 a 31/07/2037 consumindo a garantia física de 8,0 MW/h médios da usina. O preço por megawatt em 31 de dezembro de 2020 é de R\$375,65, (R\$305,51 em 31 de dezembro de 2019) reajustados anualmente pelo IPCA. Somente após este período a Companhia poderá negociar a energia gerada em outros ambientes de comercialização. Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

(a) Efeitos COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprova em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas; quarentena, restrição de atividades; realização de exames médicos e vacinação; restrição de entrada e saída no país entre outras.

Em virtude dos efeitos causados pela pandemia e com intuito de garantir a saúde de seus colaboradores, a Controladora da Companhia instituiu o trabalho remoto, permanecendo apenas com trabalho em campo as equipes de manutenção, que são demandadas de acordo com necessidades específicas identificadas através do monitoramento remoto da planta.

A Companhia não aderiu ao longo deste exercício nenhuma suspensão temporária de cunho trabalhista, tributário ou financeiro junto a seus credores.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e conclui que não são detectados riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações, tendo em vista que a Companhia detém contrato de venda de energia firmados antes do evento da COVID-19 que estão assegurados pela CCEE. Mesmo com as restrições da pandemia, a curva de produção não foi afetada tendo em vista que dependemos única e exclusivamente da irradiação solar e comandos que são realizados remotamente, e não há, até o momento, nenhuma evidência de inadimplência por parte de nossos clientes.

A Companhia apurou uma redução de 5% no faturamento bruto no período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2020, quando comparado com o mesmo período de 2019, conforme demonstrado abaixo:

	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Faturamento (período de 12 meses)	23.991	25.191

A redução apresentada acima ocorreu única e exclusivamente por uma baixa produção de energia, causada por uma redução da irradiação solar apurada entre os meses de Abril à Junho de 2020 no Município de Bom Jesus da Lapa – BA. Sendo assim a Companhia não sofreu impactos negativos oriundos da pandemia do COVID-19.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças pelas Leis N.ºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* – (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2021.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Reconhecimento de receita – Nota Explicativa nº16:** a receita de geração de energia é reconhecida no período da transferência da energia para a rede. O valor mensal apurado da receita é reconhecido conforme relatório emitido pelo Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e resultado no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota Explicativa nº10:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais determinadas pela vida útil estimada do bem. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover.
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota Explicativa nº13:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato.
- **Reconhecimento da provisão de ressarcimento e cessão a pagar – Nota Explicativa nº14:** a provisão de ressarcimento e cessão a pagar são reconhecidas quando a geração da planta for inferior ao montante contratado pela CCEE, conforme relatório de geração da planta.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional dada Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período do tempo, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Contrato de energia de reserva: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

(ii) Mercado de curto prazo: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é produzida. A comercialização é realizada no âmbito da CCEE e a contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). A energia vendida pela Companhia no mercado de curto prazo foi relativa aos períodos de Setembro e Outubro de 2018 em que a Companhia efetuou testes em suas plantas.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Provisão de ressarcimento e cessão a pagar

A Companhia detém um contrato de venda de energia de reserva com a CCEE, o qual prevê a entrega de uma quantidade específica de energia ao longo do prazo do contrato. A cada 12 meses a CCEE realiza o levantamento de geração dos últimos 12 meses e compara com o montante de energia contratada para o mesmo período, caso a Companhia tenha gerado energia abaixo do previsto no contrato, a Companhia deverá pagar a diferença a preço *spot* para a CCEE em 12 parcelas subsequentes à este levantamento.

Caso no levantamento da CCEE seja apurado que a Companhia tenha gerado energia acima do previsto no contrato, a Companhia reconhece um contas a receber com a CCEE que será recebido em 12 parcelas subsequentes à este levantamento à preço *spot*.

Tendo em vista este processo, a Companhia realiza o acompanhamento mensal da geração da planta versus a quantidade prevista no mês, com base no histórico de gerão fornecido pela equipe comercial, e quando a geração ocorre abaixo da prevista no contrato, a Companhia reconhece uma provisão de ressarcimento a pagar, em caso de geração acima da prevista no contrato, a Companhia reconhece um contas a receber.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A Companhia não apurou impostos diferidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Companhia. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Companhia definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta Fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias, Edifícios 30 anos

A taxa de depreciação da Planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, conforme nota explicativa nº 14.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

(ii) Ativos arrendados

Os terrenos arrendados são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Juridicamente tais arrendamentos são tratados como direito de superfície.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, aos quais a companhia não espera impactos significativos.

A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Depósitos bancários (i)	1.935	2.853
Aplicações financeiras (ii)	19.827	45.223
Total de caixa e equivalentes de caixa	21.762	48.076

- (i) Inclui numerário em espécie, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (ii) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada a variação do CDI em média de 100,3% em 31 de dezembro de 2020 (95% em 31 de dezembro de 2019), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	2020	2019
Contas a receber de clientes – Receita – CER (a)	2.057	3.904
Contas a receber de clientes – Receita – CER Excedente (b)	1.135	-
Contas a receber de clientes – MCP (c)	1.952	2.442
Contas a receber de partes relacionadas (d)	540	1.217
Total do contas a receber	5.684	7.563

- (a) Referem-se ao registro do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- (b) Referem-se ao excedente de energia gerada do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- (c) Refere-se ao saldo de mercado de curto de prazo, onde R\$1.952 (R\$2.442 em 31 de dezembro de 2019) são decorrentes de receita de teste gerados em 2018 e seus recebimentos estão sendo amortizados em pequenas parcelas.
- (d) Conforme nota explicativa nº 20.

9 Caixa restrito

	2020	2019
Depósito caução - Garantia financiamento	-	5.632
	-	5.632

Em 2019, a Companhia possuía depósito caução relativo ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em janeiro de 2020, a operação foi integralmente liquidada e o montante R\$5.632, mantido em depósito caução, foi integralmente resgatado.

10 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	31/12/2018	Adições	Transferências	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	120.029	1.606	2.251	123.886	34	(187)	123.733
Adiantamento a fornecedores	2.251	-	(2.251)	-	-	-	-
Custo para desmobilização de ativos (a)	-	2.243	-	2.243	-	-	2.243
Total do custo	122.280	3.849	-	126.129	34	(187)	125.976
Depreciação acumulada	31/12/2018	Adições	Transferências	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	(650)	(3.927)	-	(4.577)	(4.060)	-	(8.637)
Custo para desmobilização de ativos (a)	-	(81)	-	(81)	(75)	-	(156)
Total da depreciação acumulada	(650)	(4.008)	-	(4.658)	(4.135)	-	(8.793)
Total do imobilizado	121.630	(159)	-	121.471	(4.101)	(187)	117.183

(a) Conforme nota explicativa nº13

11 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	2020	2019
Contratação de serviços	212	-
Fornecedor partes relacionadas (a)	4.376	3.422
Total de fornecedores	4.588	3.422
Outras provisões com serviços (b)	273	707
Total de outras contas a pagar	273	707
	4.861	4.129

a) Conforme nota explicativa nº20.

b) Refere-se basicamente à serviços de manutenção a faturar no montante de R\$119, serviços de responsabilidade social e ambiental no montante de R\$105, serviços de auditoria no montante de R\$37 e outros serviços no montante de R\$12.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 22.

12 Debêntures

	2020	2019
Saldo inicial	112.394	-
Debentures emitidas (principal)	-	111.278
Correção monetária incorridas no período	4.758	809
Juros incorridos no período	4.890	307
Pagamento de principal	(6.295)	-
Pagamento de juros	(4.989)	-
Saldo final	110.758	112.394
Curto prazo	3.267	3.181
Longo prazo	107.491	109.213

Em 06 de dezembro de 2019, a Companhia registrou a emissão de 111.278 de Debêntures ao Valor Nominal Unitário (VNU) de R\$ 1, totalizando o volume de emissão de R\$111.278, com prazo de vencimento de 15 anos e um mês contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 06 de janeiro de 2035. Em 31 de dezembro de 2020 o Valor Nominal Unitário atualizado é de R\$1,01, totalizando o montante da Debêntures de R\$110.758.

As Debêntures foram emitidas e escrituradas pelo Banco Citibank S.A..

O Valor Nominal Unitário (VNU) das Debêntures será amortizado integralmente em 30 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela paga em 15 de junho de 2020 e sua última parcela em 06 de janeiro de 2035. A remuneração será calculada de acordo com os percentuais descritos no cronograma abaixo:

Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado	Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado	Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado
1	15 de junho de 2020 - Pago	2,75%	11	15 de junho de 2025	4,14%	21	15 de junho de 2030	9,14%
2	15 de dezembro de 2020 - Pago	2,83%	12	15 de dezembro de 2025	4,32%	22	15 de dezembro de 2030	10,06%
3	15 de junho de 2021	2,87%	13	15 de junho de 2026	4,69%	23	15 de junho de 2031	11,65%
4	15 de dezembro de 2021	2,95%	14	15 de dezembro de 2026	4,92%	24	15 de dezembro de 2031	13,18%
5	15 de junho de 2022	3,10%	15	15 de junho de 2027	5,39%	25	15 de junho de 2032	15,84%
6	15 de dezembro de 2022	3,19%	16	15 de dezembro de 2027	5,69%	26	15 de dezembro de 2032	18,82%
7	15 de junho de 2023	3,37%	17	15 de junho de 2028	6,28%	27	15 de junho de 2033	24,25%
8	15 de dezembro de 2023	3,49%	18	15 de dezembro de 2028	6,70%	28	15 de dezembro de 2033	32,01%

O VNU é atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado de forma *pro rata temporis*, com base em 252 dias úteis.

Sobre a VNU atualizada incidirão juros remuneratórios, correspondentes à 4,40% a.a.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures serão garantidas por:

- Cessão fiduciária de créditos;
- Alienação fiduciária da Companhia; e
- Alienação fiduciária de equipamentos.

O instrumento de emissão estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativos e quantitativos onde o eventual descumprimento pode acarretar em vencimento antecipado das Debêntures. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso das Debêntures emitidas pela Companhia, um dos *covenants* pactuados é a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), obtido através da divisão do EBITDA pelo Serviço da Dívida da Companhia, cujo resultado deve se manter igual ou superior à 1,20.

O índice financeiro deve ser apurado pela Companhia anualmente com base nas Demonstrações Financeiras auditadas.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de Debêntures são acompanhadas pela Companhia.

13 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia provisionou R\$2.578 (R\$2.411 em 31 de dezembro de 2019) inerentes a custos para a desmontagem do parque com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida. Devido a esta obrigação ser de longo prazo, o valor reconhecido de R\$2.578 em 31 de dezembro de 2020 foi calculado utilizando uma taxa de desconto definida em 7,90%, IPCA + 4% de prêmio.

O valor de desmobilização foi registrado no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.087 (R\$2.162 em 31 de dezembro de 2019).

	2020	2019
Saldo inicial	2.411	-
Reconhecimento inicial	-	2.242
Correção monetária	167	169
Saldo final	2.578	2.411

14 Provisão de ressarcimento e cessão a pagar

	2020	2019
Cessão a pagar (a)	311	1.405
	311	1.405

- (a) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo acumulado do valor de cessão a pagar para a empresa Pirapora Energia II é de R\$311 (R\$1.405 em 31 de dezembro de 2019) e está registrado no passivo. Os valores serão pagos em 12 meses, sendo o último pagamento a ser realizado em dezembro de 2021.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social subscrito, autorizado e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$23.955 (R\$70.366 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 2.395.478.400 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida durante o exercício de 2020 foi aprovado a redução de capital no montante de R\$46.411 (Em 31 de dezembro de 2019 houve redução de capital social no valor de R\$14.634 e integralização de R\$11.611 de capital social).

Do montante total de redução o valor de R\$7.502 foi compensado contra o montante de mútuos a receber com a Controladora, conforme nota explicativa nº23, e o montante de R\$38.909 foi pago mediante a transferência bancária efetuada em Julho de 2020 para a Controladora.

(b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

(d) Dividendos

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatório o montante de R\$477, conforme memória abaixo:

Prejuízos acumulados	(200)
Lucro líquido do exercício	2.208
Base de cálculo - Reserva Legal	<u>2.008</u>
Reserva legal - 5%	100
Base de cálculo - Dividendos mínimos	<u>1.908</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	477

16 Receita operacional

A Companhia gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita contrato de energia de reserva (CER)	23.991	25.191
	<u>23.991</u>	<u>25.191</u>
Impostos sobre venda	(876)	(1.004)
Total da receita operacional líquida	<u>23.115</u>	<u>24.187</u>

17 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
a) Custos de operação		
Depreciação	(4.135)	(4.088)
Correção monetária da provisão de desmobilização	(167)	-
Manutenção	(1.232)	(1.317)
Encargo de uso da rede de energia elétrica	(1.279)	(917)
Serviços técnicos	(984)	-
Compromissos sociais e ambientais	(207)	(582)
Arrendamentos	(220)	(262)
Seguros	(159)	(223)
Outros custos	(373)	(914)
Total	<u>(8.756)</u>	<u>(8.303)</u>
b) Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(193)	(78)
Assessoria e advogados	(651)	(698)
Serviços técnicos	-	(286)
Viagens e representações	(20)	(91)
Internet	(121)	(74)
Despesas e provisões diversas	(311)	(156)
Total	<u>(1.296)</u>	<u>(1.383)</u>

18 Receitas e despesas financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	513	509
Juros sobre mútuos a receber	46	135
Outras receitas	4	84
	<u>563</u>	<u>728</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias (a)	(324)	(5.515)
Despesa de juros com empréstimos	-	(4.955)
Despesa de juros com debêntures	(9.648)	(1.116)
Variação cambial	(539)	14
Outras despesas	-	(12)
	<u>(10.512)</u>	<u>(11.584)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(9.949)</u>	<u>(10.856)</u>

(a) A redução substancial desta linha em 2020 se deve pois em 31 de dezembro de 2019 ocorreram gastos necessários para operação de empréstimo que foi quitado em dezembro de 2019 e gastos para obtenção das debêntures em 2019, sendo compostos por gastos com carta de crédito de R\$2.350 e comissão bancária de R\$3.165.

19 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2020 o montante remanescente a pagar de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$180 (R\$336 em 31 de dezembro de 2019). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Apuração pelo Lucro Presumido</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta	23.991	25.191
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	1.919	1.996
Presunção da contribuição social - 12% (b)	2.879	2.994
Receitas financeiras (c)	513	728
Demais receitas (d)	50	241
	<u>2.482</u>	<u>2.984</u>
Base de cálculo do IRPJ - (a) + (c) + (d)		
Imposto de renda a alíquota de 15%	(372)	(448)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(224)	(274)
Total IRPJ	<u>(596)</u>	<u>(722)</u>
Base de cálculo da CSLL - (b) + (c) + (d)	3.442	3.922
Contribuição social a alíquota de 9%	<u>(310)</u>	<u>(359)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(906)</u>	<u>(1.081)</u>

20 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e o controlador final é a sociedade Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios de 2020 e 2019, foi realizada pela controladora, uma vez que ambas as empresas têm as mesmas pessoas como Administradores.

b. Operações com partes relacionadas

	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<i>(i) Operações intercompany - Nacional</i>						
Atlas Energia Renovavel Do Brasil S.A. (b)	349	340	4.370	2.363	(865)	(606)
Central Fotovoltaica Sao Pedro IV SPE Ltda. (a)	-	877	5	-	-	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	1	-	1	-	-	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	187	-	-	-	187	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	3	-	-	-	(118)	-
Total	540	1.217	4.376	2.363	(796)	(606)
<i>(ii) Operações intercompany - Internacional</i>						
Atlas Renewable Energy Chile SpA (b)	-	-	-	302	-	(302)
Atlas Renewable Energy Mexico S. DE R.L DE CV (b)	-	-	-	83	-	(83)
Atlas Renewable Energy USA, LLC (b)	-	-	-	674	-	(674)
Total	-	-	-	1.059	-	(1.059)
Operação Intercompany (i+ii)	540	1.217	4.376	3.422	(796)	(1.665)
<i>(iii) Mútuos com Intercompany</i>						
Atlas Energia Renovavel Do Brasil S.A. (c)	-	-	-	8.011	46	135
Total	-	-	-	8.011	46	135
<i>(iv) Dividendos</i>						
Atlas Energia Renovavel Do Brasil S.A.	-	-	477	-	-	-
Total	-	-	477	-	-	-

a) A Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. é a Companhia líder do Consórcio São Pedro HV, consórcio constituído em 29 de dezembro de 2017, o qual tem como objeto a criação de uma entidade para reunir os ativos, recursos técnicos e financeiros das partes com o desígnio de implementar as instalações de transmissão das usinas solares fotovoltaicas e a posterior operação dessas instalações durante o período operacional das usinas solares fotovoltaicas. A Companhia tem participação de 50% do consórcio. Os valores a receber com partes relacionadas referem-se aos pagamentos efetuados pela líder através do consórcio, que foram integralmente quitados pela sócia Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda;

b) Ao longo de 2020 a Controladora Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. assumiu os montantes à pagar para as Intercompanies do exterior no montante de R\$1.060, e a Companhia passou a ter a obrigação com a sua controladora; e

c) Mútuo cedido em 31 de janeiro de 2019 pela controladora Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. com juros de 100% da SELIC. Em 2020 o mútuo foi integralmente quitado mediante a compensação de passivos a pagar com a controladora no montante de R\$554 e com a compensação de parte da redução de capital no montante de R\$7.502.

21 Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia possui arrendamentos operacionais de seus terrenos. Esses arrendamentos possuem o prazo de trinta e cinco anos, com opção de renovação. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, baseados em alterações do índice geral de preços.

Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. O valor reconhecido no resultado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$220 (R\$262 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, pois os seus contratos não tem parcela fixa mensal.

São esperados os seguintes pagamentos:

2021	R\$250
2022	R\$260
2023	R\$277

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		31/12/2020 - Valor contábil			31/12/2019 - Valor contábil		
	Hierarquia do valor justo	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro ao custo Amortizado	Passivo financeiro ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro ao custo amortizado	Passivo financeiro ao custo amortizado
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	-	21.762	-	-	48.076	-
Caixa restrito	Nível 2	-	-	-	-	5.632	-
Contas a receber de clientes	Nível 2	-	5.684	-	-	7.563	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	-	8.011	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	-	-	194	-
Total		-	27.446	-	-	69.282	-
Passivos							
Fornecedores	Nível 2	-	-	4.588	-	-	3.422
Debêntures	Nível 2	-	-	110.758	-	-	112.394
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	273	-	-	707
Total		-	-	115.619	-	-	116.523

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

	2020	2019
Caixa e equivalente de caixa	21.762	48.076
Contas a receber	5.684	7.563
Total transações	27.446	55.639

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou que não foi necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes. A Companhia não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2020	Fluxos de caixa contratuais					
<i>Em milhares de Reais</i>	Valor contábil	Total	1 ano ou menos	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Debêntures	110.758	189.620	11.128	59.968	69.831	48.693
Fornecedores e outras contas a pagar	4.861	4.861	4.861	-	-	-
	115.619	194.481	15.989	59.968	69.831	48.693

31 de dezembro de 2019

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Debêntures	112.394	112.394	3.181	36.405	36.404	36.404
Fornecedores e outras contas a pagar	4.129	4.129	4.129	-	-	-
	116.523	116.523	7.310	36.405	36.404	36.404

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia realizou importação de ativo imobilizado para a construção das usinas fotovoltaicas, porém em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação (IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*), a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2020	Cenário provável 31/12/2021	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP (a)	4,39%	4,47%	0,08 p.p	0,10 p.p	0,12 p.p
IPCA (b)	4,23%	3,30%	(0,93) p.p	(1,16) p.p	(1,40) p.p
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (c)	2,76%	3,37%	0,61 p.p	0,76 p.p	0,92 p.p

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2020	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Debêntures	IPCA	110.758	3.655	4.569	5.483

Risco de redução (ativo)	Índice	31/12/2020	Sensibilidade		
			Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Aplicações financeiras	CDI	19.827	668	835	1.002

- (a) Taxa de juros de longo prazo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo
(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Boletim Focus
(c) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

23 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa nº7.

b) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Fluxo	2020
Baixa de mútuos a receber com compensação de passivo a pagar e redução de capital		
Fornecedores	Operacional	554
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Investimento	(8.056)
Redução de capital	Financiamento	7.502
Efeito líquido no fluxo de caixa		-

* * *